

## Relatório de Execução Orçamental 1º Trimestre de 2026

O presente relatório reporta-se à atividade desenvolvida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), até ao final do 1º trimestre de 2026, e visa monitorizar o Plano de Atividades e Orçamento de 2025-2027 (PAO), aprovado através do Despacho n.º 723/2024-SETF, de 6 de novembro de 2024, dando cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial).

Salientamos que os valores apresentados nos quadros abaixo, relativos ao PAO 2026-2028, são valores anuais e que a comparação dos valores do 1º trimestre face a este evidencia a percentagem do total executado até à data face ao valor anual previsto no PAO de 2026-2028.

Relativamente aos valores das demonstrações financeiras apresentadas, em anexo, o período comparativo evidencia saldos em 31 de dezembro de 2025.

### 1 – Análise à Execução orçamental de Receita

	1º Trimestre 2026	1º Trimestre 2025	Anual PAO 2026-2028	$\Delta$ 1º Trimestre 2026/2025	% 1º Trimestre 2026/PAO 2026- 2028(anual)
	(1)	(2)	(3)	(4)=[(1)-(2)]/(1)	(5)=(1)/(3)
Receita própria cobrada	12 041 548 €	9 071 867 €	30 571 000 €	32,7%	39,4%
Rendimentos de propriedade - juros	9 023 €	4 017 €			
Comissão Gestão	9 000 000 €	6 000 000 €	30 571 000 €	50,0%	29,4%
Vendas de bens e serviços correntes	8 500 000 €				
Vendas de bens e serviços correntes - Projeto TI	500 000 €				
Outras receitas próprias	3 032 525 €	3 071 867 €		-1,3%	-
Transferências Correntes	10 000 000 €	10 625 000 €	40 000 000 €	-5,9%	25,0%
Ativos financeiros	50 752 923 €	38 456 895 €		32,0%	-
Saldo orçamental					
<b>Total</b>	<b>72 794 471 €</b>	<b>58 153 762 €</b>	<b>70 571 000 €</b>	<b>25,2%</b>	<b>103,2%</b>

A receita cobrada até ao 1º trimestre de 2026 ascende a 72.794.471 euros. Relativamente ao período homólogo evidencia uma variação positiva de 25,2%. A comissão de gestão cobrada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, representa 12,4% da receita total cobrada e representa 29,4% do valor total anual inscrito no PAO. Relativamente ao período homólogo de 2025, o total da comissão de gestão cobrada em 2026 representa um acréscimo de 50%. Esse acréscimo resulta de mensalmente, o valor solicitado ao orçamento dos encargos da dívida, ser superior em igual percentagem ao valor solicitado no ano anterior.

As transferências correntes constituem receita proveniente do orçamento de Estado, inscrita no Capítulo 60 da Entidade Tesouro e Finanças, que mensalmente transfere para o IGCP, E.P.E. um duodécimo, para pagamento dos encargos com os DUC e com as entidades colaboradoras na cobrança para a prestação de serviços de apoio à rede de

cobranças do Estado – caixas do Tesouro. A sua cobrança representa uma variação negativa relativamente a igual período de 2025, de 5,9%. Essa diminuição é resultado do valor orçamentado ter sido inferior em 2,5 milhões de euros ao montante de 2025<sup>1</sup>. Comparativamente ao valor inscrito no PAO, foi já cobrado 25% do total previsto.

Os valores cobrados em Ativos financeiros, correspondem ao saldo transitado da gerência de 2024 e aplicado em CEDIC em 29 de dezembro de 2025, amortizado em 2 de janeiro de 2026. O montante é superior em 32% ao valor amortizado em CEDIC em 2025 em virtude do valor de 2026 corresponder ao saldo de gerência de 2024 englobado de parte do saldo de fluxos financeiros gerados em 2024.

## 2- Análise à Execução Orçamental de Despesa

O total da despesa até 31 de março evidencia uma ligeira variação positiva relativamente ao período homólogo de 2025, de 1%.

	1º Trimestre 2026	1º Trimestre 2025	Anual PAO 2026-2028	Δ 1º Trimestre 2026/2025	% 1º Trimestre 2026 / PAO 2026- 2028(anual)
	(1)	(2)	(3)	(4)=[(1)-(2)]/(1)	(5)=(1)/(3)
Agrupamento 01 - Despesas com pessoal	1 106 650 €	1 041 539 €	6 803 720 €	6,3%	16,3%
Agrupamento 02 - Aquisição bens e serviços	8 098 630 €	8 001 729 €	44 710 667 €	1,2%	18,1%
Receitas Gerais	7 889 079 €	7 796 414 €	40 000 000 €	1,2%	19,7%
Receitas Próprias	209 552 €	205 315 €	4 710 667 €	2,1%	4,4%
orçamento atividade	206 000 €				
orçamento projeto - TDX	3 552 €				
Agrupamento 06 - Outras despesas correntes	710 692 €	780 805 €	6 263 020 €	-9,0%	11,3%
Agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital	11 373 €	7 345 €	10 575 124 €	54,8%	0,1%
<b>Total</b>	<b>9 927 345 €</b>	<b>9 831 418 €</b>	<b>68 352 531 €</b>	<b>1,0%</b>	<b>14,5%</b>

As Despesas com pessoal, evidenciam um acréscimo de 6,3% relativamente ao período homólogo de 2025. Relativamente ao valor de despesas com pessoal inscrito no PAO, foi executado 16,3% do valor anual previsto. O acréscimo das despesas com pessoal é consequência do aumento do número de trabalhadores. A 31 de março de 2026 o total de trabalhadores ascendia a 98 (+ 11 trabalhadores do que em 31 de março de 2025). Por outro lado, o número de estagiários diminuiu bem como a despesa paga com o programa de estágios do IGCP relativamente ao período homólogo de 2025.

<sup>1</sup> 2025 – 42,5 milhões de euros e 2026 – 40 milhões de euros

	Nº de trabalhadores			
	2024	2025	2026	2026-2025
1 de janeiro	92	87	97	10
janeiro	92	88	97	9
fevereiro	91	85	97	12
março	90	86	98	12
abril	89	87		
maio	89	91		
junho	89	91		
julho	90	92		
agosto	90	92		
setembro	89	96		
outubro	89	96		
novembro	86	95		
dezembro	87	97		

	Despesa com Programa de estágios			
	2024	2025	2026	2026-2025
janeiro	2 178	12 260	4 257 -	8 003
fevereiro	2 970	12 548	5 495 -	7 054
março	6 664	11 472	6 278 -	5 193
Total	11 812	36 279	16 030	-20 250

A despesa paga por Receitas gerais apresenta uma variação ligeiramente superior à relativa ao período homólogo de 2025, de 1,2%.

Relativamente à classificação Outras Despesas Correntes, o valor pago foi inferior em 9% relativamente ao mesmo período do ano anterior, resultado de ainda não termos liquidado a totalidade das faturas afetas aos TPA.

Relativamente à aquisição de Bens de capital, esta apresenta uma variação positiva relativamente ao ano anterior, de 54,8%. Essa variação não é, no entanto, significativa, em virtude do valor da despesa em 31 de março de 2026 ascender a 11.372,96 euros.

### 3 - Análise ao Balanço

	1º Trimestre 2026	1º Trimestre 2025	Anual PAO 2026-2028	Δ 1º Trimestre 2026/2025	% 1º Trimestre 2026 / PAO 2026- 2028(anual)
	(1)	(2)	(3)	(4)=[(1)-(2)]/(1)	(5)=(1)/(3)
<b>Ativo</b>					
Ativos fixos tangíveis	240 186 €	246 760 €	885 517 €	-2,7%	27,1%
Ativos intangíveis	1 046 590 €	1 440 027 €	10 496 301 €	-27,3%	10,0%
Cientes, contribuintes e utentes		45 989 €			
Caixa e depósitos	70 089 534 €	61 747 170 €	63 309 181 €	13,5%	110,7%
Outras contas de ativo	1 464 871 €	1 402 548 €	1 163 936 €		
Total ativo	72 841 181 €	64 882 494 €	75 854 935 €		
<b>Passivo e Situação Líquida</b>					
Resultados transitados	54 274 808 €	46 137 588 €	54 023 569 €	17,6%	100,5%
Resultados líquidos	11 198 474 €	8 796 112 €	8 473 650 €	27,3%	132,2%
Outras contas de sit. líquida	133 216 €	133 216 €	133 216 €	0,0%	100,0%
Fornecedores					
Estado e outros entes públicos	3 049 413 €	5 805 375 €	1 987 646 €	-47,5%	153,4%
Outras contas de passivo	4 185 269 €	4 010 203 €	11 236 854 €	4,4%	37,2%
Total passivo e situação líquida	72 841 181 €	64 882 494 €	75 854 935 €	12,3%	96,0%

Até 31 de março, os Ativos fixos tangíveis apresentam uma variação negativa de 2,7%, relativamente ao período homólogo de 2025, bem como os Ativos intangíveis, 27,3%. A diminuição dos Ativos fixos tangíveis e intangíveis resulta do baixo investimento efetuado no 1º trimestre (total 11.372,96 euros) enquanto o valor das depreciações e amortizações relativos ao 1º trimestre ascendeu a 123.996,08 euros.

A rubrica de Caixa e depósitos apresenta uma variação positiva de 13,5%. Os Resultados transitados e os Resultados líquidos apresentam variações positivas de respetivamente 17,6% e 27,3% relativamente ao período homólogo de 2025, resultado do valor orçamentado e cobrado em 2026 ser superior a 2025

Relativamente a Estado e outros entes públicos apresenta uma variação negativa de 47,5%. Essa variação é resultado da estimativa efetuada de IRC corresponder a um único ano (2025) contrariamente ao ano anterior em que a estimativa correspondia aos anos 2022, 2023 e 2024.

Outras contas de passivo e situação líquida incluem a rubrica Outras contas a pagar, conta de acréscimos onde se reconhecem os gastos do exercício cuja despesa só ocorra no exercício seguinte.

Em comparação com as estimativas do balanço no PAO, a percentagem de Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis, já executados até 31 de março de 2026, corresponde a 27,1% e 10,0%, respetivamente.

A rubrica Caixa e depósitos e Resultados líquidos estimados no PAO refletem a restituição prevista de receita própria cobrada e não utilizada (nomeadamente a Comissão de Gestão) ao orçamento dos Encargos da Dívida, restituição essa não considerada nos Resultados líquidos dos trimestres, tanto de 2026 como de 2025.

#### 4 - Análise à Demonstração de Resultados

	1º Trimestre 2026	1º Trimestre 2025	Anual PAO 2026-2028	$\Delta$ 1º Trimestre 2026/2025	% 1º Trimestre 2026/PAO 2026- 2028 (anual)
	(1)	(2)	(3)	(4)=[(1)-(2)]/(1)	(5)=(1)/(3)
Prestações de serviços e concessões	11 719 805 €	8 703 850 €	26 271 000 €	34,7%	44,6%
Transferências e subsídios correntes obtidos	10 000 000 €	10 625 000 €	40 000 000 €	-5,9%	25,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	8 790 418 €	8 923 695 €	48 086 003 €	-1,5%	18,3%
Despesas com Pessoal	1 615 939 €	1 475 329 €	6 893 387 €	9,5%	23,4%
Depreciações e amortizações	123 996 €	136 887 €	830 315 €	-9,4%	14,9%
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>11 198 474 €</b>	<b>8 796 112 €</b>	<b>8 473 650 €</b>	<b>27,3%</b>	<b>132,2%</b>

Até 31 de março, a rubrica Prestações de serviços e concessões apresenta uma variação positiva de 34,7% relativamente ao período homólogo de 2025. A variação positiva nessa rubrica acompanha o acréscimo de receita própria cobrada e encontra-se justificada no ponto 1 do presente relatório.

As Transferências e subsídios correntes obtidos apresentam uma variação negativa de 5,9%, resultante do valor orçamentado para pagamento dos encargos com os DUC e com as entidades colaboradoras na cobrança para a prestação de serviços de apoio à rede de cobranças do Estado – caixas do Tesouro, ser inferior ao valor orçamentado em 2025 (-2,5 milhões de euros, em termos quantitativos).

Quanto a Fornecimentos e serviços externos verifica-se uma ligeira redução relativamente ao período homólogo do ano anterior, 1.5%.

Relativamente à rubrica Despesas com Pessoal existe uma variação positiva, de 9,5%, relativamente ao período homólogo de 2025. Esta variação é essencialmente, resultante do acréscimo do número de trabalhadores que se tem verificado no IGCP e das atualizações salariais ocorridas em 2025 (+2,5%)<sup>2</sup> só refletidas a partir da execução orçamental do 2º trimestre.

As Depreciações e amortizações, relativamente ao ano anterior evidenciam uma diminuição de 9,4% resultado dos escassos investimentos efetuados no decorrer do 1º trimestre de 2026.

A variação positiva dos Resultados Líquidos, 27,3%, é justificada essencialmente pelo acréscimo da receita própria cobrada relativa à Comissão de Gestão, proveniente do orçamento dos Encargos da Dívida.

---

<sup>2</sup> Conforme Boletim de Trabalho e Emprego nº 11, de 22 de março de 2025

---

**IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E.**

**RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO RELATIVO AO CONTROLO DA  
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO EXERCÍCIO DE 2026**

**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO E MARÇO**

---

**LISBOA**

AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5.º  
1050-082 LISBOA  
PORTUGAL

**PORTO**

AV.ª DA BOAVISTA, 1167, 4.º, SALA 4.4  
4100-130 PORTO  
PORTUGAL

**T.** (+351) 217 520 250

**F.** (+351) 211 605 254

**E.** [RCA.GERAL@RCA.AC](mailto:RCA.GERAL@RCA.AC)

## **Relatório do Fiscal Único Relativo ao Controlo da Execução Orçamental do período compreendido entre janeiro e março de 2026**

### **Introdução**

1. Nos termos do número 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto (Estatutos do IGCP), apresentamos o Relatório relativo ao controlo da execução orçamental, o qual integra a receita e a despesa acumulada referente ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de março de 2026 no âmbito dos deveres de informação decorrentes do Sistema de Informação da Organização do Estado. O referido Relatório foi elaborado com base no Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026 – 2028, no Relatório de Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2026, nos elementos contabilísticos e nos mapas de execução emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), cujo resumo se apresenta em anexo.

Fomos nomeados Fiscal Único do IGCP pelo Despacho n.º 337/2022-SET10318/2021, de 23 de outubro de 2022, para o mandato de 2022-2024, renovável por iguais períodos. Dado não ter sido publicado Despacho de recondução no cargo ou de nomeação de novo Fiscal Único, mantivemo-nos em funções.

### **Procedimentos adotados**

2. A análise efetuada envolveu, entre outros, os seguintes procedimentos:
- Verificação da introdução do orçamento conforme as disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado;
  - Análise das alterações orçamentais aprovadas no decorrer do período de janeiro a março de 2026 e confirmação da sua correta integração na contabilidade orçamental;
  - Análise das reconciliações bancárias;
  - Verificação do cumprimento do prazo médio de pagamentos em conformidade com o Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março;
  - Verificação do cumprimento das regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de setembro).

### **Controlo da execução orçamental**

3. Orçamento inicial e alterações aprovadas
- i) O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o triénio 2026 - 2028 foi objeto de análise pela Equipa de Avaliação e Supervisão do Setor Público Empresarial (EAS SPE), que absorveu as funções da anterior Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), tendo o respetivo relatório de análise n.º 10/2026, de 4 de janeiro, sido aprovado pelo Despacho n.º 114/2026-SETF, de 5 de fevereiro, do Senhor

Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF), tendo o PAO 2026-2028 sido aprovado por Despacho Conjunto do Senhor Secretário do Estado Adjunto e do Orçamento (SEAO) de 10 de fevereiro de 2026, e do Senhor SETF de 11 de fevereiro de 2026, que concederam as respetivas autorizações necessárias, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2026 do IGCP foi aprovado com a imposição das seguintes condicionantes:

- aumento dos gastos com pessoal face ao valor estimado para 2025, limitado ao valor proposto deduzido do respeitante às contratações não autorizadas, não podendo o montante previsto para novas contratações ser afeto a outro tipo de gastos;
- aumento dos gastos operacionais face ao valor estimado para 2025, limitado ao valor proposto deduzido do referido no número anterior;
- contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria até ao montante de 4,6 mil euros em 2026;
- renovação dos contratos de AOV relativos a 2 viaturas em 2026;
- contratação de 3 trabalhadores em 2026, sendo 2 a termo, limitando-se a 105 o número total de trabalhadores em 2026.

ii) O orçamento do IGCP aprovado no âmbito da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, evidencia um total de receita de 70.571.000 EUR, em que 40.000.000 EUR são Transferências Correntes provenientes do Orçamento do Estado inscrita no Capítulo 60 da ETF - Entidade do Tesouro e Finanças e 30.571.000 EUR são receitas próprias, das quais 8.655.814 EUR respeitam a projetos, enquanto a despesa orçamentada totaliza 68.352.531 EUR, sendo 40.000.000 EUR a pagar com recurso às transferências correntes do Orçamento do Estado e o restante através de receitas próprias, incluindo 8.655.814 EUR com projetos.

No decurso do período de janeiro a março de 2026 foram registadas, na parte referente à receita (receitas próprias), as seguintes alterações orçamentais:

- i) Inscrição na classificação de receita 050301 01.78 – Rendimentos de propriedade – Juros - Estado, no valor de 9.023 EUR, referente aos juros ilíquidos da aplicação em CEDIC;
- ii) Inscrição na classificação de receita 080199 99.78 – Outras receitas correntes, pelo montante 5.000.000 EUR, que se previam cobrar na atividade bancária do IGCP;
- iii) Inscrição na classificação 110203 01.78 – Ativos financeiros – Títulos a curto prazo – Estado, pelo valor do reembolso da aplicação efetuada em 2025 na subscrição de CEDIC, no montante de 50.752.924 EUR, nos termos do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO 2025);

Resultado das alterações descritas, o orçamento corrigido das receitas fixou-se em 126.332.947 EUR.

iii) Quanto ao orçamento da despesa, este não apresenta alterações no valor total, nas fontes de financiamento e no total por agrupamento, ocorrendo apenas transferências de verbas no âmbito da gestão flexível.

#### 4. Análise da execução orçamental da receita

i) A receita cobrada constante do mapa da execução orçamental do período em análise ascendeu a 72.794.471 EUR a que corresponde um grau de execução orçamental de 57,6%, na sua totalidade proveniente de receitas de atividades e outras receitas.

ii) As receitas de funcionamento englobam: i) receitas gerais resultantes de transferências do Orçamento do Estado, Capítulo 60 Despesas excepcionais da ETF, do qual já foram recebidos 10.000.000 EUR (25% do orçamento); ii) receita própria proveniente da comissão de gestão da dívida pública, requisitada mensalmente ao Orçamento dos Encargos da Dívida, do qual já foram recebidas transferências no valor total de 9.000.000 EUR, dos quais 8.500.000 EUR (38,8% do orçamento) referentes ao orçamento de atividades e 500.000 EUR a projetos (5,8% do orçamento); iii) receita própria proveniente da prestação de serviços bancários no valor total de 3.032.525 EUR (60,7% do orçamento).

iii) As outras receitas têm origem em receitas próprias e respeitam ao reembolso do montante investido em 2025 em CEDIC, no total de 50.752.923 EUR.

iv) Face ao período homologado, o total das receitas executadas aumentou 14.636.693 EUR, uma variação positiva de 25,2%.

v) As Transferências correntes apresentam uma variação negativa de 5,9%, equivalente à variação do respetivo orçamento de 2026 face a 2025.

vi) A variação positiva total de mais 3.000.000 EUR (+50,0%) nas Vendas de bens e serviços correntes, decorre do aumento do valor solicitado mensalmente ao orçamento dos encargos da dívida por conta da comissão de gestão cobrada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto.

vii) As Outras receitas correntes provenientes da atividade bancária do IGCP, apresentam uma ligeira redução de 1,3% face a igual período de 2025.

viii) A variação positiva nos Ativos financeiros (32,0%) decorre do valor aplicado em CEDIC em dezembro de 2025 englobar para além do valor aplicado em 2024, o saldo da gerência de 2024.

#### 5. Análise da execução orçamental da despesa

i) A despesa executada constante do mapa da execução orçamental do período em análise ascendeu a 9.927.345 EUR, representando um grau de execução orçamental de 14,5%, correspondendo na sua quase globalidade a despesas das atividades (9.923.793 EUR) e o restante a despesas com projetos.

ii) As despesas com atividades incluem despesas pagas com receitas gerais, nomeadamente, através das transferências correntes do Orçamento do Estado, associadas à rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços, no montante de 7.889.079 EUR (19,7% do orçamento de 40.000.000 EUR).

iii) As despesas com atividades englobam ainda pagamentos efetuados através de receitas próprias, associados às rubricas i) 01 – Despesas com o pessoal na quantia de 1.106.650 EUR (16,3% do orçamento); ii) 02 – Aquisição de bens e serviços correntes no valor de 206.000 EUR (4,7% do orçamento); iii) 06 – Outras despesas correntes no valor de 710.691 EUR (9,3% do orçamento); iv) 07 – Aquisição de bens de capital no valor de 11.373 EUR (1,4% do orçamento).

iv) As despesas com projetos (3.552 EUR) correspondem a 1,1% do montante orçamentado na rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços correntes.

v) Face ao período homólogo, o total das despesas executadas aumentou ligeiramente em 95.927 EUR, uma variação positiva de 1,0%.

vi) A principal variação ocorre nas despesas de atividade na rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços correntes (+95.549 EUR), nomeadamente nas transferências correntes ou receitas gerais, com uma variação positiva de 1,2%.

vii) A variação negativa nas outras despesas correntes (-70.114 EUR) deve-se a não terem sido liquidadas parte das faturas afetas aos TPA.

### **Prazo médio de pagamentos**

6. De acordo com a informação disponibilizada no site da Direção-Geral do Orçamento (em conformidade com o Decreto-Lei nº 13-A/2025) reportada ao 4º trimestre de 2025, o IGCP não consta como estando em incumprimento.

### **Lei dos compromissos e pagamentos em atraso**

7. De acordo com a informação disponibilizada no site da Direção-Geral do Orçamento, o IGCP não integra, com referência a fevereiro de 2026 (última informação disponível), a lista das entidades da Administração Central que se encontram em incumprimento nos termos dos nºs 5 e 6 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho.

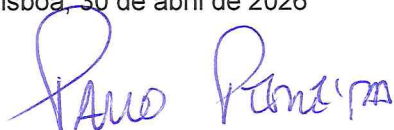
### **Conclusão**

8. No âmbito dos procedimentos por nós desenvolvidos, não foram identificadas situações suscetíveis de alterarem significativamente a informação relatada, considerando-se que a execução orçamental do período de janeiro a março de 2026 apresentada pelo Conselho de Administração do IGCP reflete os fluxos financeiros ocorridos e contabilizados. Alertamos, ainda assim, para a necessidade de rever a reconciliação bancária, nomeadamente quanto ao saldo apresentado pelo extrato bancário que era em 31/03/2026 de 70.089.380,35 EUR e não os 70.089.334,45 EUR constantes da referida reconciliação.

### **Nota final**

9. A finalizar desejamos agradecer as facilidades que nos foram concedidas para a realização do nosso trabalho e manifestar a nossa disponibilidade para a prestação de quaisquer esclarecimentos que a leitura do presente Relatório possa eventualmente suscitar.

Lisboa, 30 de abril de 2026



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.  
representada por Paulo Fernando da Silva Pereira  
ROC nº 931; CMVM 20160548

**ANEXO**

**MAPAS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

**janeiro a março de 2026**

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA

Un: EUR

janeiro a março de 2026										
Descrição	Orçamento inicial			Orçamento corrigido			Execução			%
	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	
<b>ATIVIDADES</b>										
Rendimentos da propriedade - juros					9 023	9 023		9 023	9 023	100,0
Transferência Correntes	40 000 000		40 000 000	40 000 000		40 000 000	10 000 000		10 000 000	25,0
Vendas de bens e serviços correntes		21 915 186	21 915 186		21 915 186	21 915 186		8 500 000	8 500 000	38,8
Outras receitas correntes					5 000 000	5 000 000		3 032 525	3 032 525	60,7
<b>Outras Receitas</b>										
Ativos financeiros - CEDICs					50 752 924	50 752 924		50 752 923	50 752 923	100,0
Saldo de gerência anterior	0		0			0			0	
<b>Total das receitas com atividades</b>	<b>40 000 000</b>	<b>21 915 186</b>	<b>61 915 186</b>	<b>40 000 000</b>	<b>77 677 133</b>	<b>117 677 133</b>	<b>10 000 000</b>	<b>62 294 471</b>	<b>72 294 471</b>	<b>61,4</b>
<b>PROJETOS</b>										
Vendas de bens e serviços correntes		8 655 814	8 655 814		8 655 814	8 655 814		500 000	500 000	5,8
<b>Total das receitas com projetos</b>		<b>8 655 814</b>	<b>8 655 814</b>		<b>8 655 814</b>	<b>8 655 814</b>	<b>0</b>	<b>500 000</b>	<b>500 000</b>	<b>5,8</b>
<b>Total das receitas</b>	<b>40 000 000</b>	<b>30 571 000</b>	<b>70 571 000</b>	<b>40 000 000</b>	<b>86 332 947</b>	<b>126 332 947</b>	<b>10 000 000</b>	<b>62 794 471</b>	<b>72 794 471</b>	<b>57,6</b>

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA

Un: EUR

janeiro a março 2026

Descrição	Orçamento inicial			Orçamento corrigido			Execução			
	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	%
<b>ATIVIDADES</b>										
Despesas com o pessoal		6 803 720	6 803 720		6 803 720	6 803 720		1 106 650	1 106 650	16,3
Aquisição de bens e serviços correntes	40 000 000	4 373 647	44 373 647	40 000 000	4 373 647	44 373 647	7 889 079	206 000	8 095 079	18,2
Outras despesas correntes		7 680 647	7 680 647		7 680 647	7 680 647		710 691	710 691	9,3
Aquisição de bens de capital		838 703	838 703		838 703	838 703		11 373	11 373	1,4
IGCP - CEDIC			0			0	0	0	0	
<b>Total das despesas com atividades</b>	<b>40 000 000</b>	<b>19 696 717</b>	<b>59 696 717</b>	<b>40 000 000</b>	<b>19 696 717</b>	<b>59 696 717</b>	<b>7 889 079</b>	<b>2 034 714</b>	<b>9 923 793</b>	<b>16,6</b>
<b>PROJETOS</b>										
Aquisição de bens e serviços correntes	0	337 020	337 020		337 020	337 020		3 552	3 552	1,1
Aquisição de bens de capital	0	8 318 794	8 318 794		8 318 794	8 318 794	0	0	0	0,0
<b>Total das despesas com projetos</b>	<b>0</b>	<b>8 655 814</b>	<b>8 655 814</b>	<b>0</b>	<b>8 655 814</b>	<b>8 655 814</b>	<b>0</b>	<b>3 552</b>	<b>3 552</b>	<b>0,0</b>
<b>Total das despesas</b>	<b>40 000 000</b>	<b>28 352 531</b>	<b>68 352 531</b>	<b>40 000 000</b>	<b>28 352 531</b>	<b>68 352 531</b>	<b>7 889 079</b>	<b>2 038 266</b>	<b>9 927 345</b>	<b>14,5</b>

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Un: EUR

Execução orçamental								
Descrição	janeiro a março de 2026			janeiro a março de 2025			Variação	
	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Valor	%
<b>RECEITAS</b>								
<b>Atividades</b>								
Rendimentos da propriedade - juros		9 023	9 023		4 017	4 017	5 006	124,6
Transferência Correntes	10 000 000		10 000 000	10 625 000		10 625 000	(625 000)	(5,9)
Vendas de bens e serviços correntes		8 500 000	8 500 000		6 000 000	6 000 000	2 500 000	41,7
Outras receitas correntes		3 032 525	3 032 525		3 071 867	3 071 867	(39 342)	(1,3)
<b>Outras Receitas</b>								
Ativos financeiros - CEDICs		50 752 923	50 752 923		38 456 895	38 456 895	12 296 028	32,0
Saldo de gerência anterior			0					
<b>Total das receitas com atividades</b>	<b>10 000 000</b>	<b>62 294 471</b>	<b>72 294 471</b>	<b>10 625 000</b>	<b>47 532 778</b>	<b>58 157 778</b>	<b>14 136 693</b>	<b>24,3</b>
<b>PROJETOS</b>								
Vendas de bens e serviços correntes		500 000	500 000			0	500 000	
<b>Total das receitas com projetos</b>	<b>0</b>	<b>500 000</b>	<b>500 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>500 000</b>	
<b>Total das receitas</b>	<b>10 000 000</b>	<b>62 794 471</b>	<b>72 794 471</b>	<b>10 625 000</b>	<b>47 532 778</b>	<b>58 157 778</b>	<b>14 636 693</b>	<b>25,2</b>
<b>DESPESAS</b>								
<b>Atividades</b>								
Despesas com o pessoal		1 106 650	1 106 650		1 041 539	1 041 539	65 111	6,3
Aquisição de bens e serviços correntes	7 889 079	206 000	8 095 079	7 796 414	203 117	7 999 530	95 549	1,2
Outras despesas correntes		710 691	710 691		780 805	780 805	(70 114)	(9,0)
Aquisição de bens de capital		11 373	11 373		7 345	7 345	4 028	54,8
IGCP - CEDIC			0			0		
<b>Total das despesas com atividades</b>	<b>7 889 079</b>	<b>2 034 714</b>	<b>9 923 793</b>	<b>7 796 414</b>	<b>2 032 806</b>	<b>9 829 219</b>	<b>94 574</b>	<b>1,0</b>
<b>PROJETOS</b>								
Aquisição de bens e serviços correntes		3 552	3 552		2 199	2 199	1 353	61,6
Aquisição de bens de capital	0	0	0	0	0	0		
<b>Total das despesas com projetos</b>	<b>0</b>	<b>3 552</b>	<b>3 552</b>	<b>0</b>	<b>2 199</b>	<b>2 199</b>	<b>1 353</b>	<b>61,6</b>
<b>Total das despesas</b>	<b>7 889 079</b>	<b>2 038 266</b>	<b>9 927 345</b>	<b>7 796 414</b>	<b>2 035 004</b>	<b>9 831 418</b>	<b>95 927</b>	<b>1,0</b>